

As granjas cistercienses na estremadura portuguesa: contribuições para uma matriz sócio-econômica

Celso Silva Fonseca

Resumo

O estabelecimento dos monges cistercienses na estremadura portuguesa revestiu-se de um caráter particular. O processo colonizador -- produtor aí engendrado, notadamente o incremento das *granjas*, atraiu um contingente de povoadores notável. Homens associaram-se à empresa como assalariados ou *conversos*, e outros tantos desenvolveram povoadamentos na órbita da sede de todo o complexo, o Mosteiro de Alcobaça.

A sistematização das unidades econômicas (trabalho assalariado, trocas monetárias, produtividade, etc.) contribuiu para um espaçamento social e econômico na região Centro-Sul distinto daquele que se fizera matriz na sociedade portuguesa de então: a região entre o rio Douro e o Minho.

Não raramente, nos deparamos com a sentença: a Igreja Católica foi o instrumento e veículo *ideologizador* no medievo europeu Ocidental. Negar é desaviso histórico, sem dúvida: mas, afirmá-lo axiomáticamente é, se não uma cômoda impostura *ideológica*, desconsiderar os inúmeros e árduos fazeres exigidos para se alcançar a condição de traçar as diretrizes que explicaram e justificaram uma determinada época.

Dito isto, asseguro-me numa partícula mínima da atuação dos religiosos, que, na sua prática produtiva, corroborou *materialmente* para que a magnitude do que se afirma, *ideologizar*, numa determinada realidade histórica, se definisse. Estamos falando do sistema produtivo processado pelos monges brancos na região estremenha portuguesa. E, mais precisamente, falaremos sobre os fundamentos das granjas e a importância que se fizeram ter no conjunto da sociedade portuguesa nos séculos XIV e XV.

Sucintamente apresentamos a trajetória cisterciense até o período anunciado. Em 1153, Afonso Henriques, primeiro rei português, doou à Ordem Religiosa de Cister uma área para a construção do mosteiro que veio a chamar-se Alcobça. A política de então era fazer recuar os muçulmanos, que ocupavam o Centro-Sul do território, e concomitantemente assegurar, pelos assentamentos populacionais, as regiões conquistadas. Nesta perspectiva enquadraram-se os cistercienses plenamente.

Os ideais de pobreza e afastamento do mundo¹ associados ao conceito do trabalho manual e auto-sustentação sublinharam positivamente a permanência desses religiosos na sociedade portuguesa que se formava.

Dentre os expedientes econômicos da ordem destacaram-se as granjas. Unidades agrícolas de exploração direta

dos religiosos,² autônomas e sob uma administração centralizada exercida pelo abade do mosteiro mediante os seus oficiais intermediários. Mais exatamente, o sucesso dessas unidades produtivas deveu-se à racionalização do trabalho dos irmãos *conversos e assalariados*³ e à adequação à inclinação que as economias européias do século XII apresentavam: urbanização, comércio, trocas monetárias, etc. Obtiveram esta adequação porque os cistercienses assimilaram os preceitos da divisão do trabalho, das novas técnicas de cultivo e comercialização dos excedentes; enfim, inseriram-se sabidamente no conceito da produtividade.

O percurso assim delineado e a diligência do Mosteiro de Alcobaça favoreceram o crescimento da ordem. Dois séculos depois da concessão da carta de couto floresciam, dentro do território doado, treze povoações em desenvolvimento: Alcobaça, Alfeizerão, Aljubarrota, Alvorninha, Cela, Cós, Évora, Maiorga, Pederneira, Salir, S. Martinho, Santa Catarina e Turguel.⁴ Se considerarmos o *deficit* populacional da época, este resultado é bastante positivo.

Faz-se necessário apresentar algumas espécies que obviaram esse sucesso. A atração exercida sobre as populações para fazer radicá-las nesta contigüidade territorial foi, sem dúvida, a dinâmica engendrada pelas granjas. À medida que se estendia o território de colonização da abadia, o número de granjas aumentava proporcionalmente. Utilizavam ao máximo as possibilidades do lugar para os produtos especializados e os cultivos apropriados. No centro da granja, um edificio albergava os irmãos conversos sob a vigilância do *grangiarium*, que permanecia em estrito contato com o *cellerarius* do mosteiro. Esta concentração e organização da propriedade — contrastando com a fragmentação das explorações senhoriais tradicionais que asfixiavam as suas unidades econômicas dependentes, pois as rendas em produtos agrícolas começavam a

ficar desvalorizadas e as prestações pessoais desapareciam progressivamente⁵ — fomentou a transferência das populações nortenhas para os limites geográficos cistercienses. Conclui-se que na virada do século XIV a região da estremadura é a mais povoada e agricultada do reino português.⁶

Em 1227, estas eram as granjas existentes nos coutos alcobacenses: Chaqueda, Ferreira, Carvalhal Benfeito, Vimieiro, Valbom Salir, Mora, Alfeizerão, Bacelo, Torre de Framundo, Pescaria, Cella (Nova), Báriio, Valado, Colmeias, Cós, Ferrara de Dona Daiz, Granja Nova, Souto e, talvez, Torre de S. Martinho.⁷

As granjas importam na medida em que representaram a eficácia do controle administrativo e, mais do que isso, representaram a *autonomização de uma célula produtiva pelos próprios produtores diretos*. Este fato é inaudito. O produtor assume os encargos do foral — jurisprudência e tributos — e eleva-se a uma condição independente. Isto é, o produtor tem a responsabilidade de gerir os desígnios da unidade econômica — a granja. Neste item, há um dado especial. A propriedade, condição elementar para ocorrer a sobreexatção econômica, transfere-se para as mãos dos produtores diretos, e, então, a racionalidade administrativa dos bens patrimoniais coutados cumpre-se com a eficiência desses produtores autonomizados. Observem: *fez-se necessário autonomizar os tributados para não comprometer a área coutada e a própria colonização*. Estava, nesta interdependência, hipotecada a razão de ser da doação régia e dos princípios bernardinos constantes do capítulo geral.

Esta é a marca do processo colonizador cisterciense no território português: ensaiou e deu execução a uma economia

que refletiu, a seguir, no conjunto da composição sócio-econômica do Centro-Sul português.⁸

À fé associaram-se relações sócio-econômicas bem definidas. Os tributos arrecadados, o excedente da produção recolhido e o comércio que daí advinham promoveram uma dieta suplementar aos arrecadadores — os religiosos — e, dialeticamente, impunham aos mesmos a preservação dessas relações para reproduzirem essa dieta que lhes era importante. As granjas, conseqüentemente, favoreciam os assentamentos, intensificavam as produções e as trocas e, nessa prospecção, facultavam aos colonos um relativo aumento das suas liberalidades — as granjas e os povoamentos, especialmente estes, reivindicavam, ou melhor, conflituavam com os seus senhores.⁹ Sabendo que as crises do século XIV atingiram indistintamente todos os segmentos sociais e, em especial, as trocas comerciais, pois dependiam das escalas de produção, e estas sofreram um arrefecimento considerável, os tributadores e tributados recorreram aos extremos de suas competências e também de suas necessidades.

Outro fator a ser considerado dessa organização produtiva cisterciense foi que as granjas exerceram influência sobre as demais terras vizinhas pertencentes ou não ao mosteiro.¹⁰ Os mestres granjeiros — *grangiarius* —, portadores de conhecimentos agrônômicos,¹¹ transmitiam sua ciência aos demais cultivadores — seleção de sementes ou experimentação de novas culturas¹² —, que alinhava à lógica do processo colonização — produção, conferindo à área coutada uma maior eficácia. E foi este vigor que adensou favoravelmente a condição dos bernardinos, conferindo-lhes, inclusive, algumas marcas que se sinalizavam pertinentes a uma economia de outra envergadura, quiçá, uma economia de mercado.

É-nos permitido inferir que as granjas não eram somente unidades produtoras, mas também pólos de irradiação e confirmação da ascendência política dos abades de Alcobaça. As granjas tornavam-se as intermediárias executoras das orientações políticas que emanavam da sede dos coutos, na medida em que perfaziam uma renda singular no conjunto da economia portuguesa além da preeminência (entendida nos seus múltiplos aspectos no conjunto social) que exercia o abade do mosteiro.

É precisamente sobre esta economia que se faz a seguir alguns apontamentos. Durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), o papa concedeu o dízimo dos rendimentos eclesiásticos do país por três anos ao soberano. Fez-se, nesta conjuntura, uma avaliação geral dos réditos religiosos, igrejas e mosteiros, e atribuíram ao de Alcobaça a receita global de dezoito mil libras.¹³ A fim de se situar essa importância, comparou-se a mesma a outras receitas religiosas. A mesa episcopal de Braga, nesse mesmo inventário, acusava um rendimento de vinte mil libras, e a de Santa Cruz de Coimbra dezenove mil e duzentas libras.¹⁴

Simplificando, a composição das rendas obtidas pelo mosteiro alcobacense, em percentuais, foi a seguinte:¹⁵

em dinheiro	=	45,0 %
em cereal	=	46,4%
demais gêneros	=	8,65%

A proveniência das rendas foi:

dos coutos de Alcobaça	=	81,9%
de outros coutos	=	4,4%
das terras não-coutadas	=	13,7%.

E, finalmente, as origens das rendas:

1) nas terras coutadas:

direitos dominiais	=	39,0%
direitos senhoriais	=	45,2%
direitos eclesiásticos	=	15,8%;

2) em todas as terras:

direitos dominiais	=	46,8%
direitos senhoriais	=	38,2%
direitos eclesiásticos	=	15,0%.

É relevante observar, segundo essa perspectiva, que o percentual recolhido em dinheiro seja aproximado do recolhido em gêneros. Isto, objetivamente, permite dessumir que:

a) existia, independentemente do valor metálico das moedas, uma razoável quantidade destas em circulação;

b) todos os produtores — arrolou-se nesse conjunto os agricultores, criadores de animais, ferreiros, moleiros, almo-

creves, assalariados, etc. — necessitavam de acesso a essa forma de pagamento e,

c) o comércio amoeado era expressivo no conjunto dessa economia.

Enfatizou-se esta questão comercial-monetária porque, em boa medida, foi esta que atualizou as transações nos domínios cistercienses. E, em parte, conseqüentemente, contribuiu para o movimento geral impregnado desses conceitos e práticas. Os domínios cistercienses interagiram com centros de franco desenvolvimento mercantil. A saber: Leiria, Santarém, Lisboa, Torres Vedras e Óbidos.¹⁶

Da composição geral das rendas alcobacenses, correspondiam em dinheiro 45% que, embora não se saiba o preço da mão-de-obra e dos produtos transacionados, desembocavam no comércio, seja na aquisição de materiais para reformas improdutivas do ponto de vista econômico — altar, oratório, túmulos, decoração de interiores, etc. —, seja no investimento efetivamente *capitalista* — moinhos, fornos, metalurgia, estradas, etc.¹⁷

Transformando o percentual de 45% em valores monetários, lembrando-se que a renda geral do mosteiro acusada em 1320 era de 18.000 libras, tem-se uma arrecadação em dinheiro de 8.100 libras. E, conjugando-o aos 85,0% que correspondiam à renda auferida em todas as terras alcobacenses a partir da produção, sejam pelos direitos dominiais ou senhoriais — correspondendo a 15.300 libras —, deduziu-se que a atividade produtiva-comercial era de razoável significado.

Em formato de conclusão, a racionalidade administrativa e produtiva dos cistercienses associada a novas formas de utilização do trabalho¹⁸ e de realização dos produtos participa-

ram na criação de um espaçamento social e econômico novo. Se não, contribuíram para um assentamento social em moldes diferentes daquele até então corrente na região Norte do país.

Para se ser atento, ao afirmar-se que seria desaviso negar à Igreja a complexão ideológica no medievo europeu Ocidental, é igualmente necessário afirmar que consoante à ideologização realizava-se uma obra — pelos *descaminhos virtuais da Igreja* — de semelhante envergadura na administração, esta explícita mesmo canonicamente, e, conforme se pode constatar, também se fazia na produção. Esta, por sua vez, contribuiu — repete-se por prudência: está-se falando dos séculos XIV e XV do retângulo extremo ocidental europeu, Portugal — para o realinhamento sócio-econômico quatrocentista.

Celso Silva Fonseca é professor do Departamento de História da UnB

Notas

1. Ermelindo Portela Silva, *La colonización cisterciense en Galicia (1142-1250)*. Santiago de Compostela, 1981, p. 68.
2. Marcel Pacaut, *Les moines blancs. Histoire de l'ordre de Cîteaux*. Paris, 1993, p. 225.
3. Louis J. Lekai, *Les Moines Blancs. Histoire de l'Ordre Cistercien*. Paris, 1957, p. 261.
4. Joaquim V. Natividade, *Os monges agrônomos do Mosteiro de Alcobaça*. Alcobaça, 1942, p. 19.

5. Pedro G. Barbosa, *Povoamento e estrutura agrícola na estremadura central (séculos XII a XV)*. Lisboa, 1992, p. 103.
6. A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa, 1968, p. 74. O recenseamento que possuímos data do século XVI. Em 1527, havia 1.553 moradores numa área aproximada de 440 Km². Portanto, 3,5 fogos por quilômetro quadrado que, em 1537, atingiram 4,2 fogos; cf. Iria Gonçalves, *O patrimônio do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa, 1989, pp. 364-365.
7. Pedro G. Barbosa, *op. cit.*, p. 141.
8. Iria Gonçalves, *op. cit.*, p. 471.
9. *Livro 3 do Dourados de Alcobaça*, fls. 153/160v, de 01 de dezembro de 1426. As queixas procedidas pelas povoações de Alcobaça, notadamente os capítulos de Évora e Turquel apresentados no século XV a D. João I, configuram-se numa questão que está além da exorbitância das exações dos abades.
10. Marc Bloch, *Classification et choix des faits en histoire économique: réflexions de méthode à propos de quelques ouvrages récents*. Annales, I, 1939, p. 255.
11. Joaquim V. Natividade, *op. cit.*, p. 13.
12. Pedro G. Barbosa, *op. cit.*, p. 140.
13. *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 1, fl. 36.
14. ANTT., CD, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 97, fl. 34v.

15. Cf. Iria Gonçalves, *op. cit.*, pp. 317-319.
16. Iria Gonçalves, *op. cit.*, p. 382.
17. Marcel Pacaut, *op. cit.*, p. 276.
18. Utilização do trabalho dos *conversos* e dos trabalhadores assalariados; cf. Iria Gonçalves, *op. cit.*, pp. 388 e segs.

Referências bibliográficas

- Antonio Henrique de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa, 1968.
- Armindo de Sousa, *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*. Porto, 1990.
- Avelino de Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra, 1961.
- Charles Higounet, "*Essai sur les granges cisterciennes*". *L'économie cistercienn — Géographie. Mutations*. AUCH, 1983.
- Dom Maur Cocheril, "*Abadias cistercienses portuguesas*". *Lusitania sacra*, t. V, parte II.
- Ermelindo Portela Silva, *La colonización cisterciense en Galicia (1142-1250)*. Santiago de Compostela, 1981.

- Georges Duby, *Saint Bernard et l'art cistercien*. Paris, 1979.
- Henrique Gama Barros, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa, 1945-1954.
- Iria Gonçalves, *O patrimônio do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa, 1989.
- Jaime Cortesão, *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa, 1974.
- Jaime Tort Santacana, *El monasterio de Poblet (1151-1181)*. Barcelona, 1984.
- João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronológica e críticas sobre a história e jurisprudência ecclesiástica e civil de Portugal*. Lisboa, 1867.
- Joaquim Vieira Natividade, *Os monges agrônomos do Mosteiro de Alcobaça, I Alcobaça, 1942*.
- José Mattoso, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa, 1991.
- José Vieira Natividade, *A região de Alcobaça*. Lisboa, s/d.
- Louis J. Lekai, *Les Moines Blancs. Histoire de l'Ordre Cistercien*. Paris, 1957.
- Manuel Vieira Natividade, *Alcobaça d'outros tempos*. Alcobaça, 1906.

Marc Bloch, *Classification et choix des faits en histoire économique: réflexions de méthode à propos de quelques ouvrages récents. Annales*, Paris, 1939.

Marcel Pascaut, *Les moines blancs. Histoire de l'ordre de Cîteaux*. Paris, 1993.

Maria Celeste C. Vaz Sousa, *Subsídios para o estudo e exploração agrária dos coutos de Alcobaça (séculos XII a XIV)*. Lisboa, 1958.

Maria Del Carmen Pallarés Méndez, *El Monasterio de Sobrado: um exemplo de protagonismo monástico en la Galicia medieval*. La Coruña, 1979.

Maria Helena da Cruz Coelho, *Homens, espaços e poderes — séculos XI-XVI. Notas do viver social*, Coimbra, 1990.

_____, *O baixo Mondego nos fins da Idade Média*. Lisboa, 1988.

Orlando Ribeiro, *Introduções geográficas à história de Portugal*. Lisboa, 1977.

Portugalia Monumenta Historica, Leges et Consuetudines, sobre a epigrafe "Alcobaça", vol I, ed. de Alexandre Herculano, Lisboa, 1886.

Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e estrutura agrícola na estremadura central (século XII a 1325)*. Lisboa, 1992.

Robert Durand, *Le cartulaire baio-ferrado du monastère de Grijó (XI-XIII siècles)*. Paris, 1971.

Robert Fossier, "*L'économie cistercienne dans les plaines du nord-ouest de l'Europe*". *L'économie cistercienne Géographie e Mutations du Moyen Age aux Temps Modernes*. AUCH, 1983.